

BOLETIM DE INDICADORES ECONÔMICOS



Acesse o site

www.sebrae.com.br

Use o leitor de QRcode de seu
smartphone neste QRcode



Sebrae no Amapá

CENÁRIOS: Consultoria & Análise
"Mais informação! mais conhecimento!"



0800 570 0800



+55 800 570 0800



<https://www.sebrae.com.br>



Programas de Assentamentos no Amapá

Por Adrimauro Gemaque

Sobre o Boletim de Indicadores Econômicos

A série **BOLETIM DE INDICADORES ECONÔMICOS**, nasceu em função do conjunto de ações para promover as mudanças de atuação, métodos, instrumentos e práticas de gestão de organização que estão sendo adotadas pelo Sebrae-AP. A grande ênfase será à avaliação e monitoramento dos projetos, dos ambientes externo e interno, de modo a permitir tomada de decisões do Conselho Deliberativo Estadual – CDE, Diretoria Executiva, Diretoria Executiva – DIREX e gerentes das unidades de negócio e apoio, a fim de que sejam mais assertivas. O objetivo do documento é, portanto, o de disponibilizar dados, informações e análises sucintas do cenário econômico do Amapá para que possam auxiliar nas ações de planejamento e tomadas de decisão.

Nesta Edição

Nesta quinta edição em 2022, o **BOLETIM DE INDICADORES ECONÔMICOS**, inicialmente traz o Panorama Econômico, com dados do Banco Central. Estão divididos em duas partes. Na Parte I – Indicadores da Economia: Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), Pesquisa Mensal dos Serviços – PMS e Índice Nacional da Construção Civil (SINAPI). Na Parte II – Programas de Assentamentos no Amapá.

SOBRE O SEBRAE

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Amapá é uma entidade privada sem fins lucrativos, agente de capacitação e de promoção do desenvolvimento, criado para dar apoio aos pequenos negócios.

VALORES

Resultados sustentáveis; empatia; ética; simplicidade; inovação; valorização humana; cooperação.

PROPÓSITO

Transformar os pequenos negócios em protagonistas do desenvolvimento sustentável do Brasil.

VISÃO DE FUTURO

Ser referência na promoção do empreendedorismo e na geração de valor para os pequenos negócios.

GESTORES

LUIZ IRAÇU GUIMARÃES COLARES - Presidente do Conselho Deliberativo Estadual

WALDEIR GARCIA RIBEIRO - Diretor Superintendente

MARCIANE COSTA DO ESPÍRITO SANTO - Diretora Técnica

MARCELL HOUAT HARB - Diretor de Administração e Finanças



0800 570 0800



+55 800 570 0800



<https://www.sebrae.com.br>

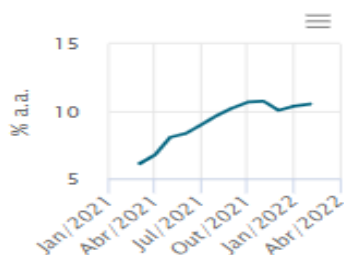
PANORAMA ECONÔMICO

Meta
Intervalo de
tolerância

3,5%
± 1,5
p.p.

Reunião
do Copom
16/03/2022

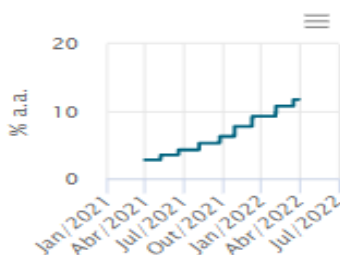
Inflação



10,54% INFLAÇÃO
12 meses

Fonte: Banco Central do Brasil (link (<https://www.bcb.gov.br>))

Taxa Selic



11,75% TAXA SELIC

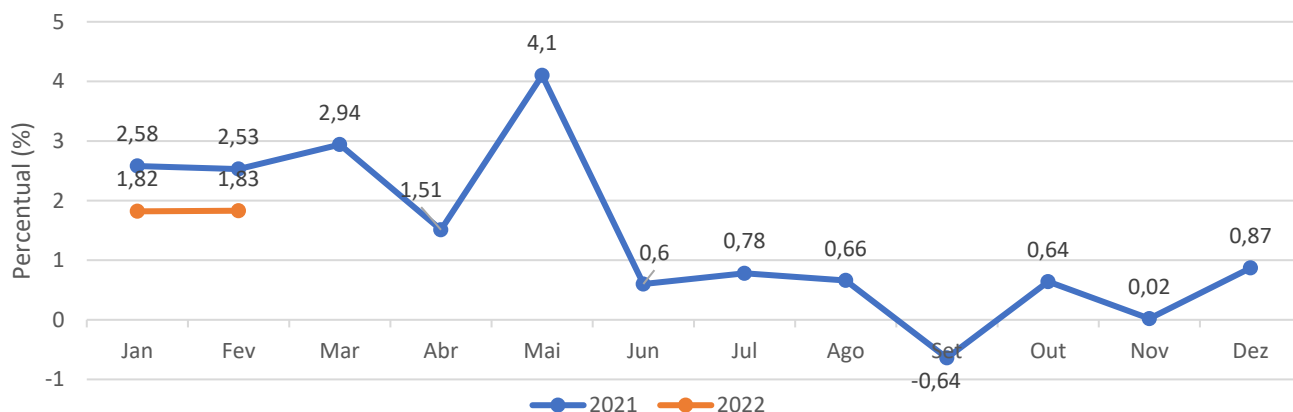
1 – Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M)

O IGP-M, subiu 1,83% em fevereiro, ante 1,82% no mês anterior. Com este resultado o índice acumula alta 3,68% no ano e de 16,12% em 12 meses. Em fevereiro de 2021, o índice havia subido 2,53% e acumulava alta de 28,94% em 12 meses.

“ A inflação ao produtor fechou o mês de fevereiro sob influência dos preços de grandes commodities, como soja (de 4,05% para 8,91%), milho (de 5,64% para 7,92%) e combustíveis, com destaque especial para o óleo Diesel (de 2,30% para 5,53%). A contribuição desses três itens respondeu por 45% da taxa apurada pelo IPA”, afirma André Braz, Coordenador dos Índices de Preços. ”

IGP-M Comparativo (ano atual ano anterior)

IGPM – Comparativo 2021 X 2022



Fonte: IBGE/FGV – Elaboração: CENÁRIOS: Consultoria & Análise

INDICADORES

ECONÔMICOS

Parte 1

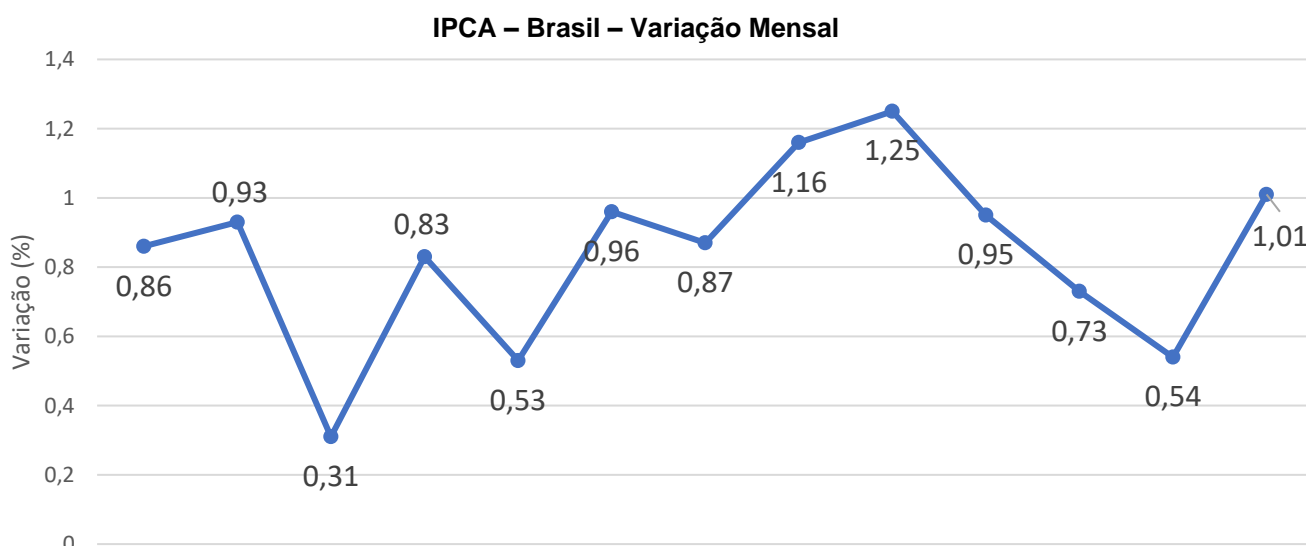
2 – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (fevereiro/2022)

A inflação registrou alta de 1,01% em fevereiro de 2022, sendo essa a maior variação para um mês de fevereiro desde 2015 (1,22%). O índice ficou 0,47 ponto percentual acima do registrado em janeiro (0,54%) e, no ano, acumula alta de 1,56%. Foi o que apontou o IPCA, que nos últimos 12 meses acumula alta de 10,54%, de acordo com o IBGE.

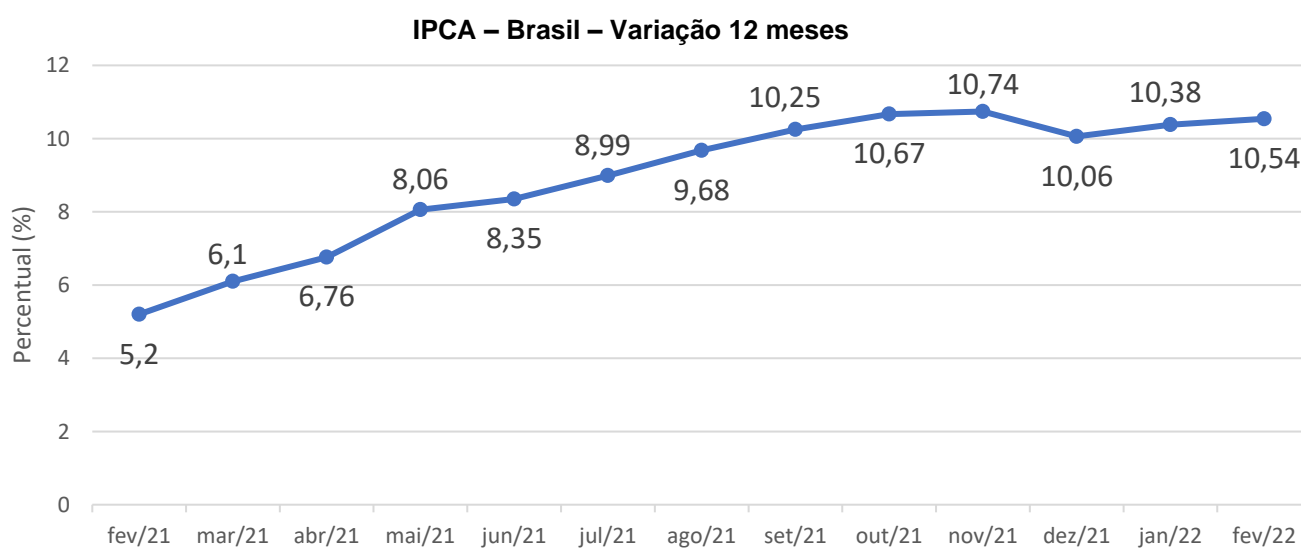
Em fevereiro, os principais impactos vieram da Educação (5,61%) e da Alimentação e Bebidas (1,28%).

Ainda segundo o IBGE, (...) em fevereiro, são incorporados no IPCA os reajustes habitualmente praticados no início do ano letivo. Com isso, esse foi o grupo que teve o maior impacto no mês, contribuindo com 0,31 ponto percentual. O outro grupo que pesou bastante no mês foi o de Alimentação e bebidas, que acelerou para 1,28% e contribuiu com 0,27 ponto percentual. Juntos, os dois grupos representaram cerca de 57% do IPCA de fevereiro.

IPCA – Mês e 12 meses



Fonte: IBGE – Elaboração: CENÁRIOS: Consultoria & Análise



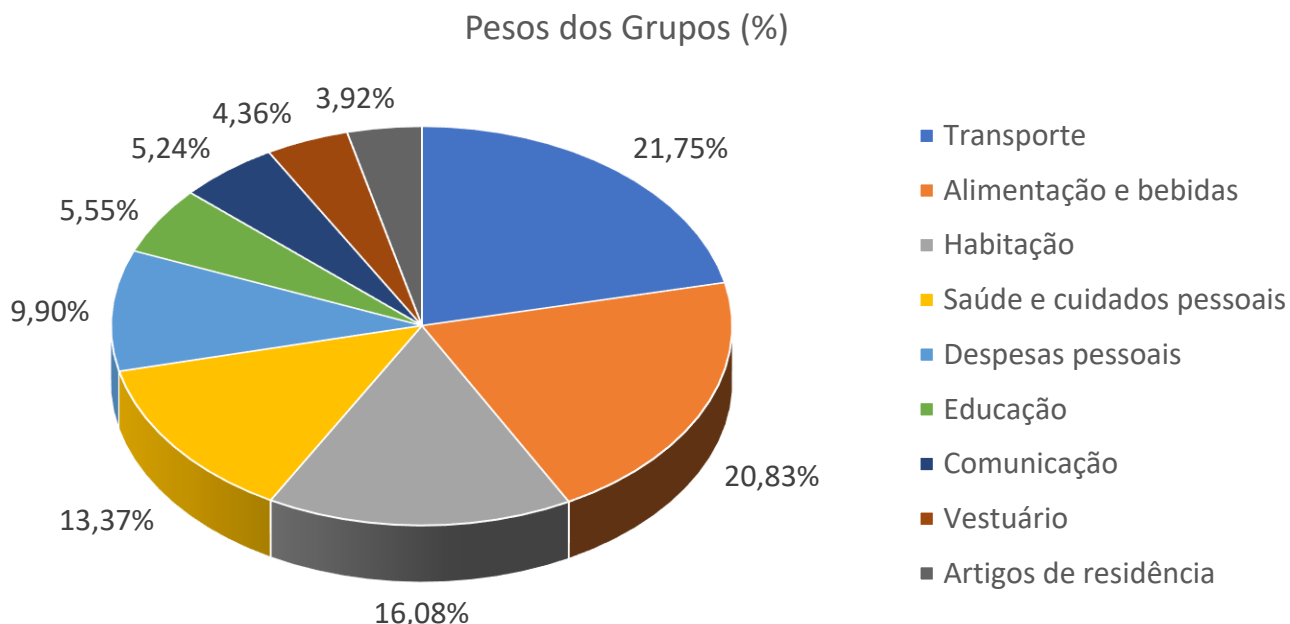
Fonte: IBGE – Elaboração: CENÁRIOS: Consultoria & Análise

INDICADORES

ECONÔMICOS

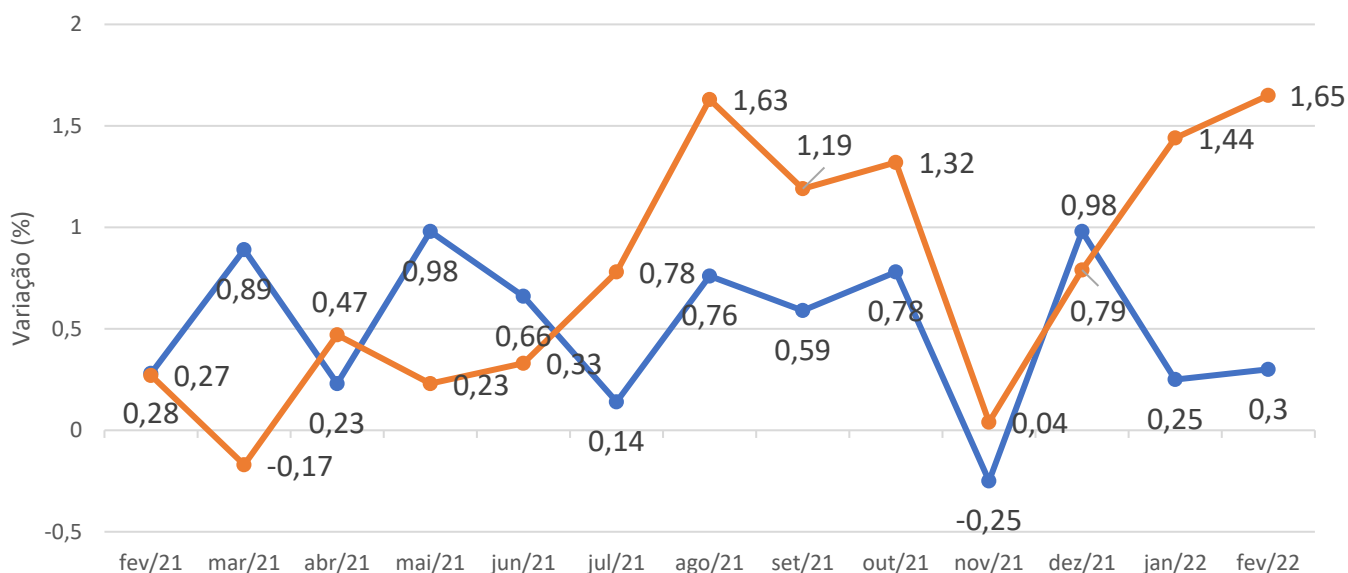
Parte 1

IPCA – Peso dos Grupos (fevereiro/2022)



Fonte: IBGE – Elaboração: CENÁRIOS: Consultoria & Análise

IPCA – Alimentação no domicílio e fora – mensal



Fonte: IBGE – Elaboração: CENÁRIOS: Consultoria & Análise

3 – Pesquisa Mensal do Comércio – PMC (janeiro/2022)

Em janeiro o volume de vendas do comércio varejista no país cresceu 0,8%, na comparação com o mês anterior. Mesmo com o avanço, cinco das oito atividades tiveram resultado negativo no período. Nos últimos doze meses, o varejo acumula alta de 1,3%. O setor encontra-se 1,0% abaixo do patamar pré-pandemia (fevereiro de 2020), e 6,5% abaixo do pico da série (outubro de 2020). Foi o que apontou a PMC que é divulgada mensalmente pelo IBGE.

INDICADORES

ECONÔMICOS

Parte 1

A pesquisa destacou que cinco das oito atividades pesquisadas tiveram taxas negativas em janeiro. Mesmo assim o varejo avançou, puxado pelas atividades de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (3,8%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (9,4%). A atividade de hiper e supermercados, que tem um peso muito grande, ficaram no campo da estabilidade (-0.1%), o que fez com que outras atividades tivessem mais influência no índice, destaca o IBGE.

Volume de Vendas – janeiro de 2022

Síntese dos principais resultados

PERÍODO	COMÉRCIO VAREJISTA	COMÉRCIO ATACADISTA
Janeiro 2022/Dezembro 2021*	0,8	-0,3
Janeiro 2022/Janeiro 2021	-1,9	-1,5
Acumulado Janeiro a Janeiro	-1,9	-1,5
Acumulado em 12 meses	1,3	4,6

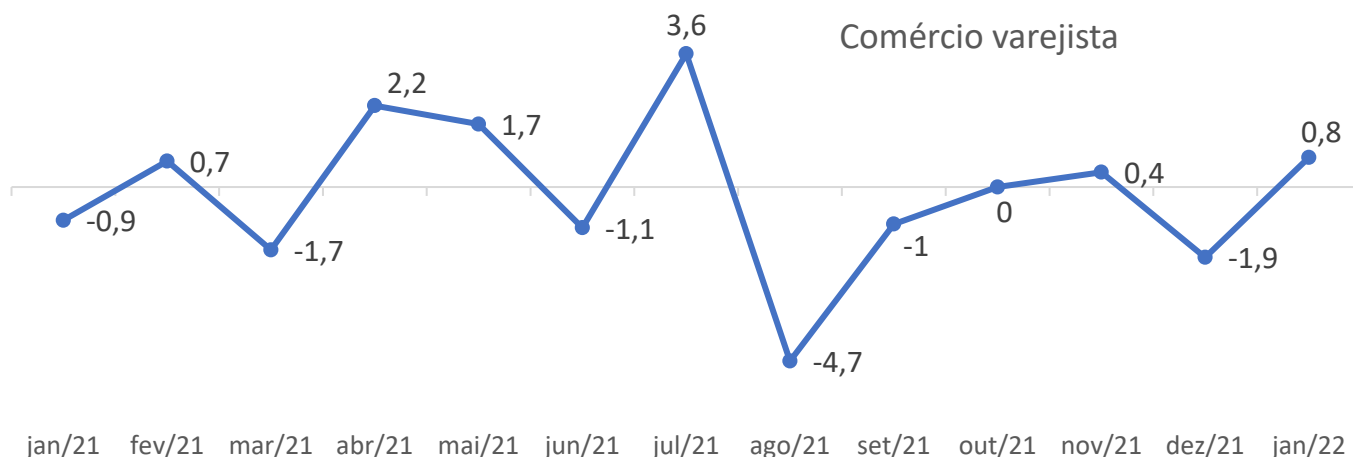
Fonte: IBGE – Elaboração: CENÁRIOS: Consultoria & Análise

O varejo cai 1,9% em relação a janeiro de 2021 na comparação interanual. Das oito atividades pesquisadas cinco apresentaram resultado negativo principalmente móveis e eletrodomésticos e outro impacto que a PMC apontou foi o de artigo de uso pessoal e doméstico.

No varejo ampliado, a queda de 1,5% foi puxada pela atividade de material de construção, que registrou -7,8%, sétima queda consecutiva. O IBGE destaca que isso se deve a uma elevada base de comparação. O setor cresceu muito no início da pandemia, com resultados positivos de junho de 2020 (22,6%) até junho de 2021 (5,4%), iniciando trajetória de queda desde então.

Volume de Vendas

Indicador mês/ mês imediatamente anterior - (2021 -2022)



Fonte: IBGE – Elaboração: CENÁRIOS: Consultoria & Análise

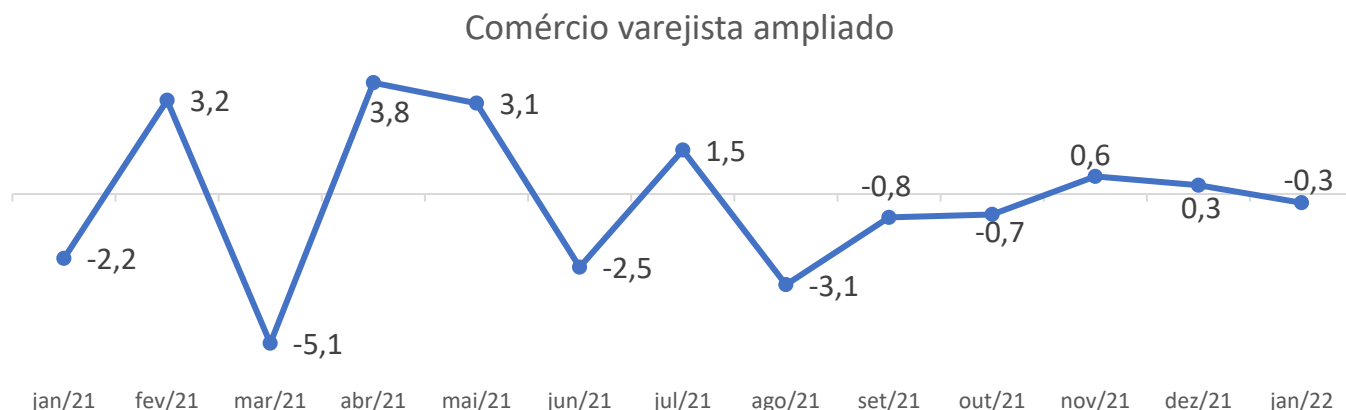
INDICADORES

ECONÔMICOS

Parte 1

Volume de Vendas

Indicador mês/ mês imediatamente anterior - (2021 -2022)



Fonte: IBGE – Elaboração: CENÁRIOS: Consultoria & Análise

As vendas do varejo crescem nas 15 das 27 unidades da federação na comparação com dezembro, o volume de vendas do varejo foi positivo em 15 das 27 Unidades da Federação, com destaque para: Rio de Janeiro (3,0%), Alagoas (2,8%) e Pernambuco (2,5%). Por outro lado, os destaques negativos vieram do Amapá (-3,7%), Rio Grande do Norte (-1,8%) e Amazonas (-1,7%). Minas Gerais, nessa comparação, teve variação nula (0,0%).

A pesquisa também retratou que frente a janeiro de 2021, o predomínio foi de taxas negativas (16 do total de 27), com destaque para: Amapá (-10,8%), Sergipe (-8,9%) e Distrito Federal (-7,8%). As demais 11 Unidades da Federação alcançaram resultados positivos na comparação interanual, destacando-se: Amazonas (35,3%), Roraima (7,5%) e Espírito Santo (7,2%). Para o IBGE o crescimento do Amazonas se deve a baixa base de comparação, uma vez que o estado passou por um forte lockdown em janeiro de 2021.

Frente a janeiro de 2021, a queda de 1,9% das vendas no comércio varejista teve predomínio de taxas negativas também para as Unidades da Federação (16 do total de 27), com destaque para: Amapá (-10,8%), Sergipe (-8,9%) e Distrito Federal (-7,8%). As demais 11 Unidades da Federação alcançaram resultados positivos na comparação interanual, destacando-se: Amazonas (35,3%), Roraima (7,5%) e Espírito Santo (7,2%). Já no varejo ampliado, a comparação entre janeiro de 2021 e janeiro de 2022 teve resultados negativos em 15 das 27 Unidades da Federação, com destaque para: Amapá (-12,9%), Distrito Federal (-8,8%) e Paraíba (-7,2%). Por outro lado, pressionando positivamente, figuram 12 das 27 Unidades da Federação, com destaque para Amazonas (34,7%), Pernambuco (15,4%) e Roraima (8,7%).

Desempenho do comércio varejista no Amapá (janeiro/2021)

VARIÁVEL	TIPOS DE ÍNDICE	
Índice de volume de vendas no comércio varejista (%)	Variação mês/mês anterior com ajuste sazonal	-3,7
	Variação acumulada de 12 meses	6,6
Índice de receita nominal de vendas no comércio varejista (%)	Variação mês/mês anterior com ajuste sazonal	-1,6
	Variação acumulada de 12 meses	20,4

Fonte: IBGE – Elaboração: CENÁRIOS: Consultoria & Análise

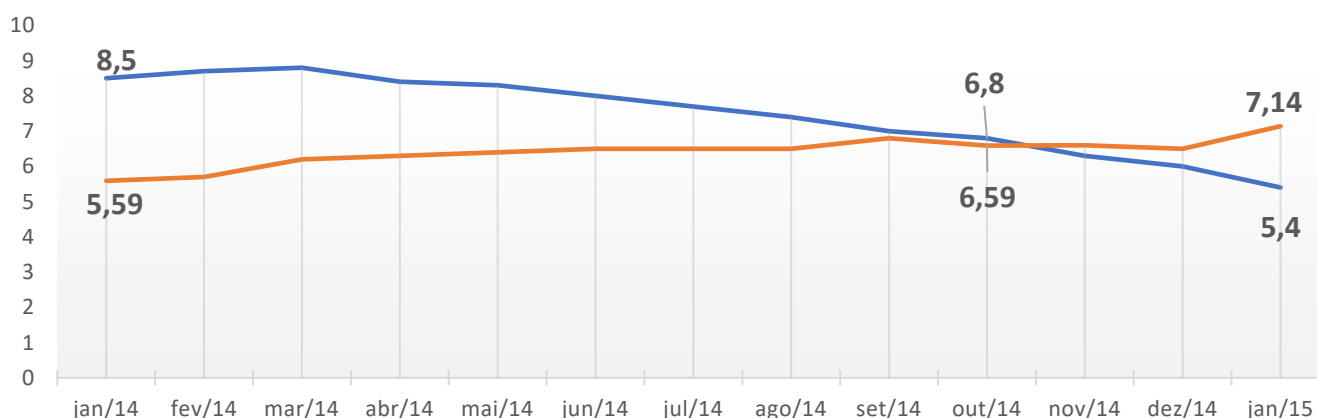
4 – Pesquisa Mensal de Serviços – PMS (janeiro/2022)

A atividade de serviços apresentou variação de -0,1% na passagem de dezembro para janeiro, após acumular um ganho de 4,7% nos dois últimos meses do ano passado. Com o resultado de janeiro, o setor ficou 7,0% acima do patamar pré-pandemia, registrado em fevereiro de 2020, e está operando em nível pouco abaixo de agosto de 2015. No entanto, o setor ainda se encontra 5,2% abaixo do pico da série, registrado em novembro de 2014. Foi o que apurou a PMS divulgada pelo IBGE referente ao mês de janeiro.

Para o IBGE, nesse processo de recuperação que o setor de serviços vem apresentando desde junho de 2020, há um predomínio absoluto de taxas positivas: são 15 positivas contra 5 negativas, ou seja, uma larga base de comparação, o que faz com que, vez ou outra, o setor mostre algum tipo de acomodação.

Perdendo da inflação

Trajetória da receita nominal dos serviços e do IPCA em meses - em %



Fonte: IBGE – Elaboração: CENÁRIOS: Consultoria & Análise

A pesquisa mostrou que três das cinco atividades investigadas tiveram retração no mês de janeiro, com destaque para serviços de informação e comunicação (-4,7%), que recuaram pelo segundo mês consecutivo. Com isso, a atividade se coloca num patamar 7,3% acima de fevereiro de 2020 e 4,9% abaixo do ponto mais alto da série, em novembro de 2021. Nessa atividade, o segmento de tecnologia da informação caiu 8,9%, e o de telecomunicações, -1,1%.

Os dados da PMS de janeiro mostraram também que o setor de serviços cresceu 9,5%, com alta em todas as atividades. Quando olhamos regionalmente, 12 das 27 unidades da federação tiveram retração no volume de serviços entre dezembro e janeiro, com impacto mais importante vindo do Distrito Federal (-9,1%), Rio de Janeiro (-1,2%) e Minas Gerais (-1,9%). Em contrapartida, São Paulo (0,6%) e Goiás (4,5%) registraram os principais avanços.

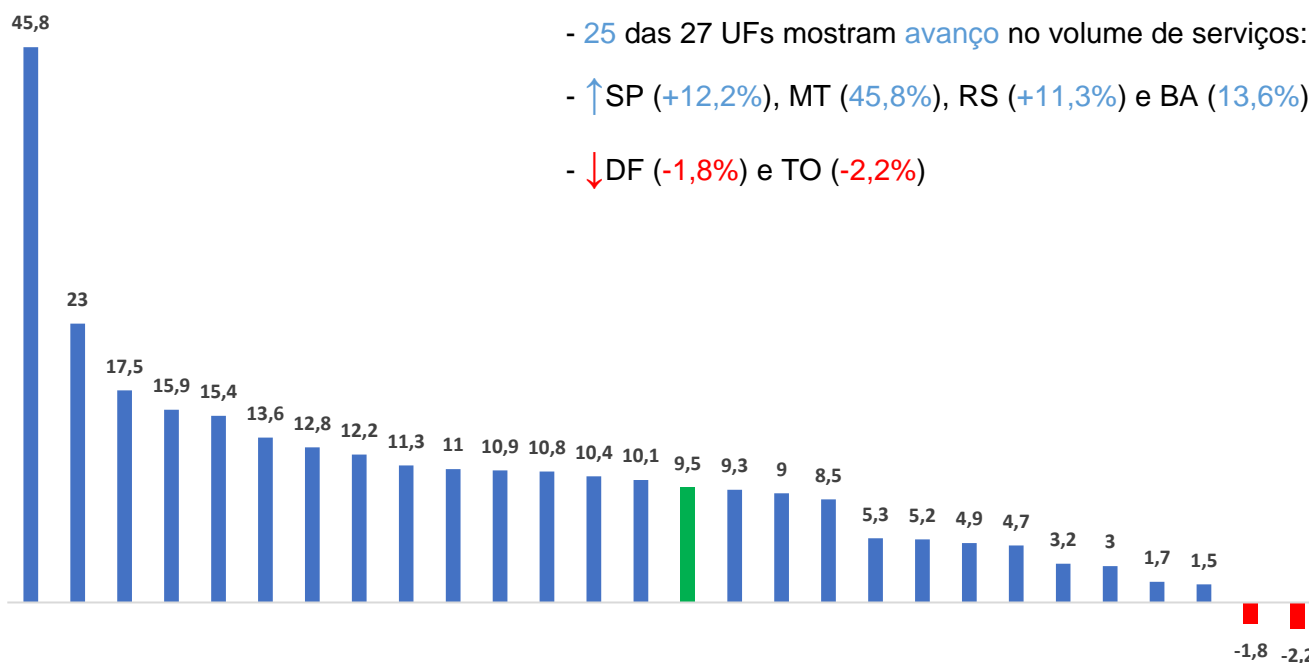
INDICADORES

ECONÔMICOS

Parte 1

Indicadores Regionais

Índice Mensal (%) - janeiro/2022 - (Base: igual mês do ano anterior)



- 25 das 27 UFs mostram **avanço** no volume de serviços:
- ↑ SP (+12,2%), MT (45,8%), RS (+11,3%) e BA (13,6%)
- ↓ DF (-1,8%) e TO (-2,2%)

MT AL GO CE MS BA RR SP RS PE AC RO SE ES BR MA AM PA PR SC RN MG AP PI PB RJ DF TO

Fonte: IBGE – Elaboração: CENÁRIOS: Consultoria & Análise

O orçamento apertado do setor público paralisou a contratação de serviços e puxou para baixo a receita do setor em janeiro. As empresas e governos reduziram seus gastos em contratação, principalmente em serviços de informática e comunicação.

Desempenho dos serviços no Amapá (janeiro/2022)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO - AMAPÁ		
Tipos de Índice	Mês	
	Dezembro 2021	Janeiro de 2022
Varição mês/mês anterior com ajuste sazonal	4,7	2,7
Varição acumulada de 12 meses	13,1	13,6

Fonte: IBGE – Elaboração: CENÁRIOS: Consultoria & Análise

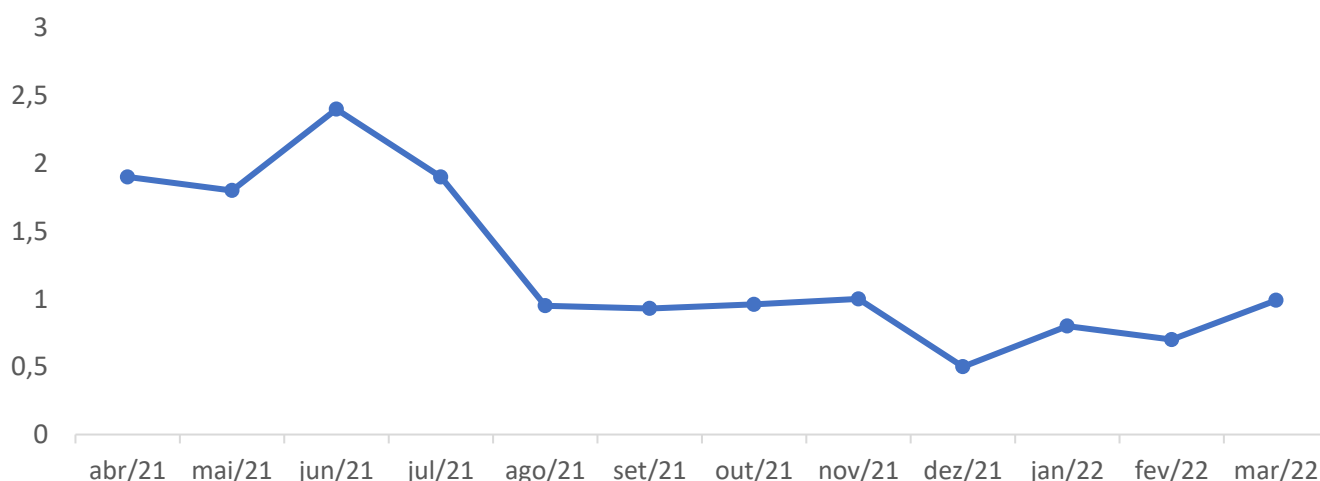
Em janeiro de 2022, a variação sazonal de serviços no Amapá ajustada em relação ao mês anterior apresentou recuo. Em dezembro de 2021 foi de 4,7 e janeiro de 2022, foi de 2,7. Com relação a variação acumulada de 12 meses apresentou crescimento de 0,5 acima do resultado de dezembro que foi de 13,1.

5 – índice Nacional da Construção Civil – SINAPI (fevereiro 2022)

O SINAPI, subiu 0,56% em fevereiro, uma variação 0,16 ponto percentual (p.p.) abaixo da taxa de janeiro, que foi de 0,72%. Dessa forma, o acumulado dos dois meses de 2022 até aqui é de 1,28%. Nos últimos 12 meses, a alta é de 16,28%, resultado abaixo dos 17,17% registrados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em fevereiro do ano passado, o índice foi 1,33%.

O custo nacional da construção (por metro quadrado) em fevereiro foi de R\$ 1.533,96, dos quais R\$ 922,86 relativos aos materiais e R\$ 611,10 à mão de obra. Para o IBGE, a taxa de fevereiro mostra que o segmento da construção civil, após um período de altas sequenciais atípicas, vem se aproximando de taxas mais próximas do período pré-pandemia. Situação que acontece desde o segundo semestre de 2021.

Variação mensal - Brasil



Fonte: IBGE – Elaboração: CENÁRIOS: Consultoria & Análise

Amapá tem a maior alta, seguido por Sergipe

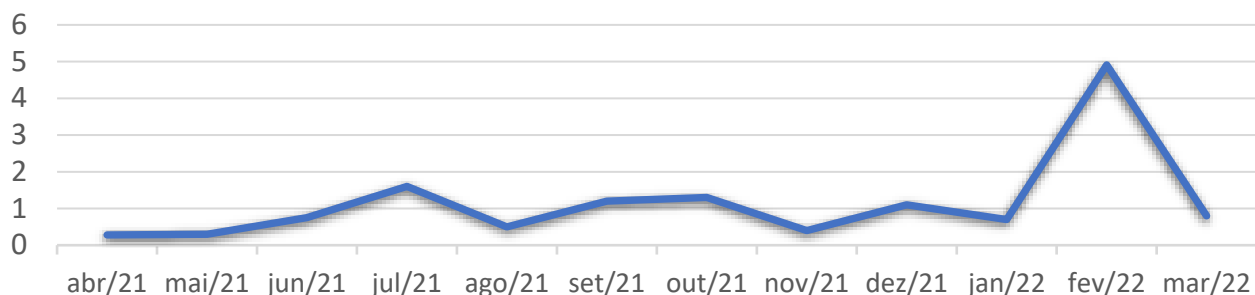
O Amapá foi a unidade da federação com a maior alta no recorte estadual. O estado nortista teve alta na parcela de materiais e contou com um reajuste nas categorias profissionais, fechando o mês com aumento de 4,91% no custo da construção civil. Já Sergipe foi o segundo lugar, com 1,31%. No estado nordestino houve alta em salários e acordos individualizados em algumas empresas, que acabaram adotando novos pisos salariais, segundo o IBGE.

INDICADORES

ECONÔMICOS

Parte 1

SINAPI – Custo médio do m² nos últimos 12 meses – variação percentual no Amapá (fevereiro/2022)



Fonte: IBGE – Elaboração: CENÁRIOS: Consultoria & Análise

SINAPI – Com desoneração da folha de pagamento (novembro/2021)

Áreas Geográficas	Custo Médio	Variações Percentuais	
	R\$ m ²	Mensal	12 Meses
Brasil	1.533,36	0,56	16,28
Região Norte	1.536,33	0,74	16,58
Rondônia	1.523,02	0,59	13,44
Acre	1.632,71	0,20	15,06
Amazonas	1.479,37	0,27	14,55
Roraima	1.587,48	0,45	15,74
Pará	1.542,66	0,45	18,04
Amapá	1.507,91	4,91	16,74
Tocantins	1.601,82	0,94	19,30

Fonte: IBGE e Elaboração: Cenários Consultoria & Análise

SINAPI – Sem a desoneração da folha de pagamento (novembro/2021)

Áreas Geográficas	Custo Médio	Variações Percentuais	
	R\$ m ²	Mensal	12 Meses
Brasil	1.627,80	0,53	15,69
Região Norte	1.625,51	0,76	16,18
Rondônia	1.614,21	0,58	12,95
Acre	1.726,07	0,20	14,51
Amazonas	1.565,99	0,33	14,31
Roraima	1.687,26	0,42	15,25
Pará	1.630,33	0,43	17,61
Amapá	1.601,84	5,19	16,79
Tocantins	1.691,45	0,94	18,65

Fonte: IBGE e Elaboração: Cenários Consultoria & Análise

Nota: Desonerado quando os custos de mão de obra não possuem encargos sociais referentes a contribuição de 20% de INSS sobre a folha de pagamento. Não desonerado: quando os custos de mão de obra possuem encargos sociais referentes a contribuição de 20% de INSS sobre a folha de pagamento.

PROGRAMAS DE ASSENTAMENTOS NO AMAPÁ

Sobre a política de Assentamentos Rurais

A política de criação de assentamentos rurais no estado do Amapá, promovida pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi constituída nas ações do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), tendo início em 1987 e intensificada a partir de 1995 como resposta as pressões por reforma agrária sofridas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Atualmente, o Amapá possui 54 assentamentos rurais considerados pelo INCRA (2016) como de reforma agrária, distribuídos pelos seus 16 municípios (FILOCREÃO e SILVA, 2016).

A partir de 1985, quando o governo do presidente Sarney assume claramente a questão da reforma agrária como prioridade nacional, com um plano ambicioso que previa assentar 1,4 milhões de famílias no período de apenas cinco anos, o número de assentados na Amazônia cresceu significativamente, mesmo considerando que o plano abrangia todo o país. O peso dos assentamentos fora da Amazônia permaneceu pequeno em relação aos assentamentos na região. Todavia, os compromissos do "governo da Nova República" com os setores sociais conservadores e latifundiários logo inviabilizaram essas metas. No final do período (1985-1989) apenas 85 mil famílias de trabalhadores rurais foram assentadas (MATTEI, 2012). Nesse período foram criados 166 assentamentos na Amazônia legal, o que representava 33,13% do total de 501 no Brasil (FILOCREÃO e SILVA, 2016).

A criação de assentamentos rurais no Brasil e na Amazônia por períodos 1970 - 2016

Período	Brasil	Amazônia Legal	% na Amazônia Legal
Antes de 1970	9	1	11,11
1970-1978	17	14	82,35
1979-1984	42	21	50,00
1985-1989	501	166	33,13
1990-1994	363	131	36,09
1995-2002	4.279	1.551	36,25
2003-2010	3.529	1.411	39,98
2011-2016	608	222	36,51
TOTAL	9.348	3.517	37,62

Segundo FILOCREÃO e SILVA (2016), o estado do Pará foi onde mais se criados assentamentos entre 1970 a 2015. O estado do Amapá, por outro lado, registrou o menor quantitativo no período.

Fonte: INCRA e Elaboração: Cenários Consultoria & Análise

Assentamentos criados nos estados da Amazônia legal no período 1970-2015

Período	AC	AP	AM	RN	RR	MG	PA	TO	MA
1970-1978	2	-	2	7	-	-	2	-	1
1979-1984	5	-	1	4	2	9	-	-	-
1985-1989	10	3	9	15	1	34	34	34	26
1990-1994	7	1	13	9	2	11	36	27	25
1995-2002	60	26	20	101	27	307	384	179	447
2003-2010	64	10	95	58	34	173	588	126	263
2011-2015	13	14	6	30	1	15	88	13	43
TOTAL	161	54	146	224	67	549	1.132	379	805

Fonte: INCRA e Elaboração: Cenários Consultoria & Análise

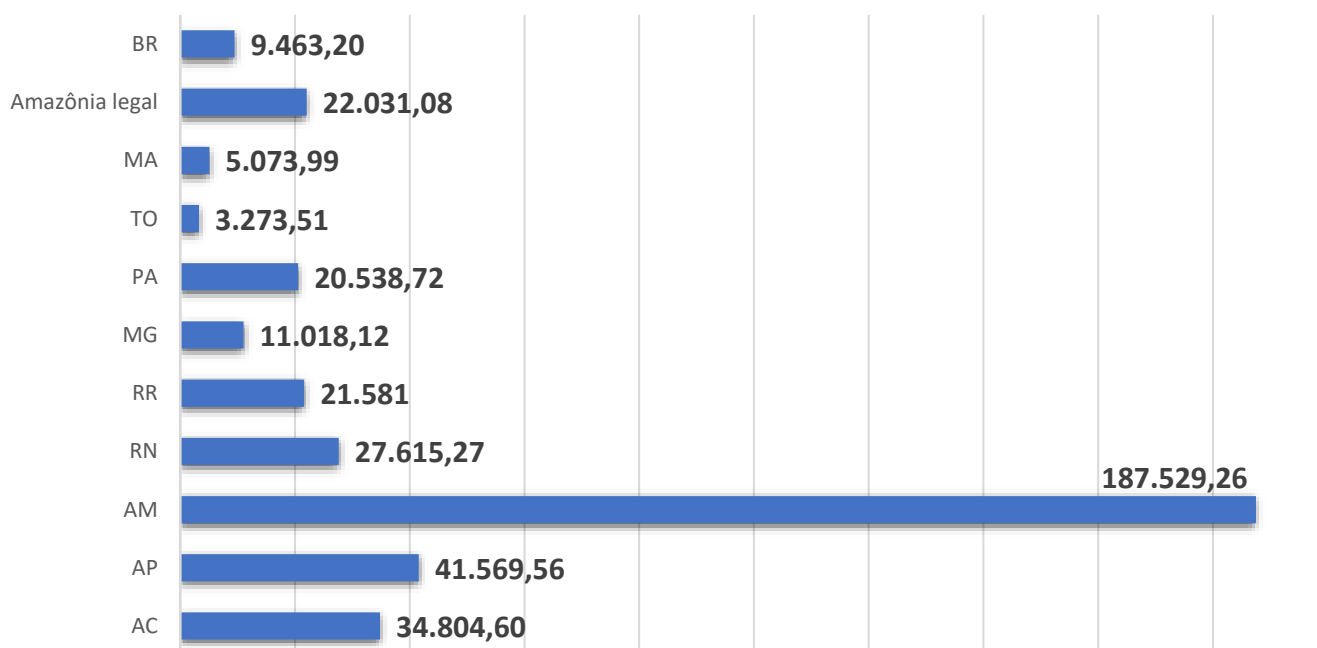
PROGRAMAS DE ASSENTAMENTOS

NO AMAPÁ

Parte 2

Na Amazônia legal a área média dos projetos é de 22.031,08 hectares, bem maior que a média nacional de 9.463,20 hectares. O Amazonas é o estado da região amazônica que apresenta a maior média de área dos projetos, 187.529,26 hectares. Dos 9 estados da Amazônia legal, 4 apresentam área dos assentamentos acima da média da região (FILOCREÃO e SILVA, 2016). Veja o gráfico:

Área média, em hectares, dos assentamentos por estados da Amazônia Legal



Fonte: INCRA e Elaboração: Cenários Consultoria & Análise

Quanto à distribuição dos assentamentos nos estados da Amazônia legal, o Pará é o que apresenta o maior número de assentamentos criados até 2016 e o Amapá é o menor. Também é no Pará que os assentamentos apresentam a maior capacidade para assentar famílias e de famílias assentadas. Quanto ao tamanho da área total de assentamentos, o maior é do Amazonas e o menor, é o do Amapá (FILOCREÃO e SILVA, 2016).

Situação dos Assentamentos Rurais por estado da Amazônia legal (2015)

Período	Nº de assentamentos	Capacidade de famílias	Famílias assentadas	Áreas de assentamentos
AC	161	35.936	32.830	5.603.540
AP	54	18.898	14.826	2.244.756
AM	146	73.136	57.535	27.379.272
RN	224	66.079	39.028	6.185.821
RR	67	22.215	16.634	1.445.927
MG	549	100.863	82.860	6.048.949
PA	1.132	318.617	247.819	23.249.828
TO	379	25.531	23.630	1.240.660
MA	805	125.270	112.330	4.084.565
TOTAL	3.517	786.545	627.310	77.483.318

Fonte: INCRA e Elaboração: Cenários Consultoria & Análise

Assentamentos Rurais no estado do Amapá:

Os projetos de assentamentos rurais começaram a ser instalados no Amapá no final da década de 1980, à luz do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República (PNRA), elaborado após o final do governo militar pelo decreto nº 91.766/85, que foi executado no quadriênio 1985-1989. Em 27 de outubro de 1988 foram criados, no município de Mazagão, os Projetos de Assentamento Extrativistas Maracá I, II e III com área de 363.500 hectares, estando eles entre os primeiros Projetos de Assentamento Extrativistas criados no Brasil. Em 28 de abril de 1997, os três projetos foram unificados, recebendo o nome de Projeto de Assentamento Agroextrativista do Maracá, totalizando uma superfície de 569.208 hectares (INCRA, 2004). Esse PAE é o maior assentamento rural do estado (FILOCREÃO e SILVA, 2016)

Para, FILOCREÃO e SILVA (2016), em síntese, foi a partir do final de 1986, quando o INCRA começou a criar projetos de assentamentos rurais, que se iniciou, efetivamente, o processo de destinação de terras para pequenos agricultores e extrativistas no Amapá. Os resultados alcançados por essa política, no período de 1986 a 1994, onde se conseguiu garantir 1.236.010 hectares de terras com capacidade de assentar 6.086 famílias, encontrando-se em 2016, assentadas 4.731 famílias, representando uma taxa de ocupação de 77,74%, nesses espaços.

Assentamentos Rurais criados no estado do Amapá (1986 a 1994)

Nome do assentamento	Município	Jurisdição	D.C.	Área (há)	C.F.	F.A.	T.O. (%)
PA Carnot	Calçoene	INCRA	13/12/86	72.000	306	295	96,41
PA Piquizal	Mazagão	INCRA	01/04/87	26.000	650	249	38,41
PA Perimetral	Pedra Branca	INCRA	01/04/87	34.000	680	398	58,53
PAE Maracá	Mazagão	INCRA	27/10/88	569.208	2.500	1.996	79,84
RESEX do Rio Cajari	Mazagão	INCRA	12/03/90	501.771	1.500	1.409	93,93
PA Bom Jesus	Tartarugalzinho	INCRA	25/03/94	33.031	450	384	85,33
TOTAL	6 Projetos			1.236.010	6.086	4.731	77,74

Fonte: INCRA e Elaboração: Cenários Consultoria & Análise

“ Nota: C.F. = capacidade de famílias; F. A. = famílias assentadas; D. C. = data de criação; T.O.=taxa de ocupação ”

De fato, no período 1995-1998, no primeiro governo FHC, foram criados pelo INCRA no Amapá 16 novos projetos de assentamentos, com capacidade de atender mais de 5.000 famílias, em sua grande maioria pessoas atraídas por uma oportunidade de trabalho em Macapá e Santana ou provenientes de áreas de garimpos desmobilizados (INCRA, 2015). Para esses assentamentos foram disponibilizados 333.097 hectares, verificando-se em 2016, uma taxa de ocupação média de 84,38% dos lotes disponibilizados (FILOCREÃO e SILVA, 2016).

PROGRAMAS DE ASSENTAMENTOS

NO AMAPÁ

Parte 2

Assentamentos Rurais criados no estado do Amapá (1995 a 1998)

Nome do assentamento	Município	Jurisdição	D.C.	Área (há)	C.F.	F.A.	T.O. (%)
PA Serra do Navio	Serra do Navio	INCRA	31/10/95	25.000	250	116	46,40
PA Matão do Piaçaca	Santana	INCRA	05/01/96	42.904	551	533	96,73
PA Cedro	Tartarugalzinho	INCRA	04/09/96	47.970	600	582	97,00
PA Munguba	Porto Grande	INCRA	01/10/96	32.673	649	355	54,70
PA Piquiá do Amapá	Amapá	INCRA	08/01/97	3.670	67	67	100,00
PA Nova Colina	Porto Grande	INCRA	08/01/97	26.643	309	271	87,70
PA São Benedito do A.	Tartarugalzinho	INCRA	08/01/97	2.900	54	50	92,59
PA Manoel Jacinto	Porto Grande	INCRA	22/04/98	16.390	270	238	88,15
PAE Anauerapucu	Santana	INCRA	22/04/98	37.058	519	519	100,00
PA Itaubal	Itaubal	INCRA	21/07/98	13.535	250	159	63,60
PA Nova Vida	Tartarugalzinho	INCRA	03/08/98	9.511	185	164	88,65
PA Cruzeiro	Amapá	INCRA	18/08/98	5.930	96	68	70,83
PA Nova Canaã	Porto Grande	INCRA	20/08/98	20.554	340	337	99,12
PA Pancada do Camaipí	Mazagão	INCRA	16/09/98	24.055	400	398	99,50
PA Cujubim	Pracuúba	INCRA	16/09/98	13.000	220	180	81,82
PA Gov. Janary	Tartarugalzinho	INCRA	16/09/98	11.304	200	148	74,00
TOTAL	16 Projetos			333.097	4.960	4.185	84,38

Fonte: INCRA e Elaboração: Cenários Consultoria & Análise

Ainda segundo FILOCREÃO e SILVA, (2016, apud NASCIMENTO, 2009), no período de 1999 a 2002, por ocasião do segundo governo de FHC, observa-se que a política de criação de assentamento rurais no Amapá deixa de ser exclusiva do governo federal, sendo criado, durante esses anos, 9 projetos de assentamentos, com 05 pelo INCRA, 03 pelo governo estadual, através do IMAP, e 01 pelo governo municipal. Esses assentamentos disponibilizaram uma área de 530.573 hectares com capacidade de atender 1.332 famílias, o que significa uma área média de 245,2 hectares por lote. Em 2016, a taxa de ocupação média desses lotes foi de 84,38%.

É nesse intervalo de tempo que se implanta no Amapá o único projeto casulo, com o nome de Maria Nazaré Souza Mineiro de 3.000 hectares, localizado no município de Laranjal do Jari. O nome é em homenagem a uma líder dos sem-terra assassinada em 16/12/1998 no município de Laranjal do Jari, por ter liderado uma invasão de área contigua àquele município.

“Nota: O projeto casulo, é uma modalidade descentralizada de assentamento, que prevê que prefeituras e governos estaduais, juntamente com o INCRA, cadastrem agricultores sem-terra e identifiquem terras públicas municipais e estaduais disponíveis ou que possam ser adquiridas. A ideia é descentralizar e acelerar a execução dos projetos de reforma agrária. O governo federal garantirá os créditos e divide com os estados e municípios o financiamento para a infraestrutura social (INCRA, 2015).”

PROGRAMAS DE ASSENTAMENTOS

NO AMAPÁ

Parte 2

Assentamentos Rurais criados no estado do Amapá (1999 a 2002)

Nome do assentamento	Município	Jurisdição	D.C.	Área (há)	C.F.	F.A.	T.O. (%)
PA Lourenço	Calçoene	INCRA	21/12/99	26.600	266	244	91,73
PA Vila Velha do Cassiporé	Oiapoque	INCRA	27/12/99	28.000	170	149	87,65
PA Corre Água	Macapá	INCRA	01/03/00	210.200	105	99	94,29
PAE Pedra Branca	Pedra Branca	INCRA	01/03/00	251.188	400	299	74,75
PA Casulo Nazaré Mineiro	Laranjal do Jari	Municipal	21/09/00	3.000	100	95	95,00
PA Mutum	Calçoene	IMAP	18/04/02	7.000	90	80	88,89
PA Padre Josimo	Macapá	IMAP	03/06/02	352	55	53	96,36
PA Dr ^a Mércia	Macapá	IMAP	03/06/02	571	73	72	98,63
PA Igarapé Grande	Oiapoque	INCRA	24/06/02	3.662	73	33	45,21
TOTAL	9 Projetos			530.573	1.332	1.124	84,38

Fonte: INCRA e Elaboração: Cenários Consultoria & Análise

“ Nota: C.F. = capacidade de famílias; F. A. = famílias assentadas; D. C. = data de criação; T.O.=taxa de ocupação ”

Por ocasião do governo Lula, iniciou o processo de transferência de algumas terras da União para o estado do Amapá. A estratégia foi a de possibilitar o acesso, aos benefícios das políticas agrárias e fundiárias aos agricultores dessas comunidades e, ao mesmo tempo, aplicar diretrizes e procedimentos de controle e gestão ambiental, em ambientes vulneráveis. Em 2010, criou-se 2 projetos de assentamento agroextrativista, os PAE Ipixuna Miranda no município de Macapá e Barreiro no município de Mazagão. O resultado da política de assentamento no Amapá durante o governo Lula que foi de 2003 a 2010, resultou na criação de 9 projetos com uma área total de 63.492 hectares com capacidade de atender 4.682 famílias em uma área média de 13,5 hectares. A taxa média de ocupação desses assentamentos foi de 78,36%, em 2016 (FILOCREÃO e SILVA, 2016).

PROGRAMAS DE ASSENTAMENTOS

NO AMAPÁ

Parte 2

Assentamentos Rurais criados no estado do Amapá (2003 a 2010)

Nome do assentamento	Município	Jurisdição	D.C.	Área (há)	C.F.	F.A.	T.O. (%)
PA Ferreirinha	Ferreira Gomes	INCRA	20/11/05	5.389	133	120	90,23
PA Irineu e Felipe	Calçoene	INCRA	23/11/05	10.681	213	172	80,75
PA Sº Antônio da Pedreira	Macapá	INCRA	16/01/06	736	96	86	89,58
PAE Durável Ilha Curuá	Macapá	IMAP	25/10/06	26.777	1.484	1.344	90,57
PAE Durável Ilha Marinheiro	Macapá	IMAP	25/10/06	1.946	976	810	82,99
PAE Durável Ilha do Franco	Macapá	IMAP	25/10/06	10.501	820	389	47,44
PAE Durável Ilha do Brigue	Macapá	IMAP	25/10/06	2.500	760	548	72,11
PAE Ipixuna Miranda	Macapá	INCRA	25/10/10	2.849	100	100	100,00
PAE Barreiro	Mazagão	INCRA	27/12/10	2.113	100	100	100,00
TOTAL	9 Projetos			63.492	4.682	3.669	78,36

Fonte: INCRA e Elaboração: Cenários Consultoria & Análise

“ Nota: C.F. = capacidade de famílias; F. A. = famílias assentadas; D. C. = data de criação; T.O.=taxa de ocupação ”

A partir de 2007, devido às dificuldades para proceder a transferência de terras da união para o estado, continuou concentrada nas áreas ribeirinha e ilhas, na estratégia de garantir o acesso aos benefícios das políticas de reforma agrária a essa população que se encontrava excluída das políticas públicas e garantir uma certa proteção ambiental dessas áreas. No período, de 2011 a 2015, foram criados 14 projetos de assentamento agroextrativistas, sendo 12 pelo governo federal através do INCRA e 02 pelo governo estadual, através do IMAP. Fica constatado que nesses PAEs, uma baixa taxa média de ocupação, na ordem de 61,38%, para uma área média de 48,2 hectares por família. A área total disponibilizada para assentamentos no período foi 81.574 hectares. A baixa taxa de ocupação, pode ser explicada pela precariedade e/ou inexistências de equipamentos sociais básicos como escolas, postos de saúde e transporte, que obriga os assentados a se deslocarem para os núcleos urbanos, abandonando os seus lotes (FILOCREÃO e SILVA, 2016).

PROGRAMAS DE ASSENTAMENTOS

NO AMAPÁ

Parte 2

Assentamentos Rurais criados no estado do Amapá (2011 a 2015)

Nome do assentamento	Município	Jurisdição	D.C.	Área (há)	C.F.	F.A.	T.O. (%)
PAE Foz do Mazagão Velho	Mazagão	INCRA	16/07/12	13.835	300	297	99,00
PAE Sucuriju	Amapá	INCRA	14/11/12	9.577	130	130	100,00
PAE Nossa S ^a da Conceição	Macapá	INCRA	25/10/13	1.065	80	74	92,50
PAE Carapanatuba	Macapá	INCRA	25/10/13	3.707	200	129	64,50
PAE Igarapé Novo	Itaubal	INCRA	04/11/13	84	40	35	87,50
PAE Ilha de Aruas	Vitória do Jari	INCRA	05/12/14	5.607	110	73	66,36
PAE Capoeira do Rei	Cutias	INCRA	22/12/14	1.404	50	16	32,00
PAE Jacitara	Cutias	INCRA	22/12/14	359	25	7	28,00
PAE Terra Grande	Macapá	IMAP	23/12/14	38.731	400	165	41,25
PAE Ilha do Faustino	Macapá	IMAP	23/12/14	2.500	100	13	13,00
PA Raimundo Osmar Ribeiro	Macapá	INCRA	24/11/15	307	20	0	00,00
PAE Tartarugal Grande	Tartarugalzinho	INCRA	24/11/15	530	84	33	39,29
PAE Ipixuna Grande	Itaubal	INCRA	08/12/15	1.714	150	74	49,33
PAE Rio Macacoari	Itaubal	INCRA	08/12/15	2.154	100	52	52,00
TOTAL	14 Projetos			81.574	1.789	1.098	61,38

Fonte: INCRA e Elaboração: Cenários Consultoria & Análise

“ Nota: C.F. = capacidade de famílias; F. A. = famílias assentadas; D. C. = data de criação; T.O.=taxa de ocupação ”

Quanto a distribuição municipal dos assentamentos, observa-se na tabela abaixo que em apenas três municípios (Macapá, Mazagão e Tartarugalzinho) se concentrou quase metade do número de assentamentos e cerca de 70% da capacidade de assentar, e do número de famílias assentadas.

PROGRAMAS DE ASSENTAMENTOS

NO AMAPÁ

Parte 2

Distribuição Municipal dos projetos de Assentamento

Município	Quant.	Área (ha)	Capacidade de Famílias	Famílias assentadas
Macapá	14	302.743	5.269	3.882
Tartarugalzinho	6	105.248	1.573	1.361
Mazagão	6	1.136.983	5.450	4.449
Itaubal	4	17.489	540	320
Calçoene	4	116.281	875	791
Porto Grande	4	96.261	1.568	1.202
Amapá	3	19.178	293	265
Cutias	2	1.764	75	23
Oiapoque	2	31.663	243	182
Pedra Branca	2	285.188	1.080	697
Santana	2	79.963	1.119	1.070
Ferreira Gomes	1	5.390	133	120
Laranjal do Jari	1	3.000	100	95
Pracuuba	1	13.000	220	180
Serra do Navio	1	25.000	250	116
Vitória do Jari	1	5.607	110	73
TOTAL	54	2.244.756	18.898	14.826

Fonte: INCRA e Elaboração: Cenários Consultoria & Análise

A maioria dos assentamentos, ou seja, 25 dos 54, criados no Amapá quase metade, foram instalados durante o governo FHC, na política de atendimento as demandas de reforma agrária, abrindo oferta na Amazônia. No governo Lula foram criados nove assentamentos, onde os investimentos principais foram no sentido de viabilizar os assentamentos existentes, investindo-se nas políticas de fortalecimento da agricultura familiar para o público assentado. Nos 5 anos do governo Dilma, foram criados 14 assentamentos, sendo que a maioria foi para atender a população rural mais pobres, que habitam nas comunidades ribeirinhas e na região das ilhas que se encontravam excluídas das políticas sociais, pelo seu isolamento, tanto que 13 dos 14 assentamentos criados, foram projetos de assentamento agroextrativista (FILOCREÃO e SILVA, 2016).

PROGRAMAS DE ASSENTAMENTOS

NO AMAPÁ

Parte 2

Quadro Geral dos Assentamentos Rurais criados no estado do Amapá por períodos

Período	Quant.	Área (ha)	Capacidade de famílias	Famílias assentadas	Taxa de Ocupação (%)
1986-1994	6	1.236.011	6.086	4.731	77,74
1995-1998	16	333.099	5.009	4.204	83,93
1999-2002	9	530.574	1.332	1.124	84,38
2003-2010	9	63.493	4.682	3.669	78,36
2011-2015	14	81.579	1.789	1.098	61,38
TOTAL	54	2.244.756	18.898	14.826	78,45

Fonte: INCRA e Elaboração: Cenários Consultoria & Análise

Com base na última atualização feita pelo INCRA (DTI-SIPRA), em 31/12/2017 este era quadro dos Assentamentos Rurais do Amapá.

Painel dos Assentamentos rurais no Amapá		
Nº de famílias assentadas	14.723	Data de Atualização 31/12/2017
Nº de assentamentos	54	
Área de assentamentos (ha)	2.245.309,57	

Fonte: INCRA (DTI-SIPRA) – Elaboração: Cenários Consultoria & Análise

Objetivando maior especificidade sobre os Assentamentos Rurais no Amapá, a presente análise buscou mostrar como está política se desenvolve nos municípios de Macapá, Mazagão, Pedra Branca do Amapari, Ferreira Gomes e Tartarugalzinho.

Painel dos Assentamentos Rurais nos Municípios						
Município	Jurisdição	D.C.	Área (ha)	C.F.	F.A.	
					2013	2016
MACAPÁ						
PA CORRE ÁGUA	INCRA	01/02/00	210.200	105	100	99
PE PADRE JOSIMO	IMAP	03/06/02	352	55	53	53
PE Drª. MÉRCIA	IMAP	03/06/02	571	73	70	72
PA SANTO A. PEDREIRA	INCRA	16/01/06	736	96	96	86
PAE D. ILHA DO CURUÁ	IMAP	25/10/06	26.777	1.484	1.191	1.344
PAE D. I. DO MARINHEIRO	IMAP	25/10/06	1.946	976	777	810
PAE D. ILHA DO FRANCO	IMAP	25/10/06	10.501	820	369	389
PAE D. ILHA DO BRIGUE	IMAP	25/10/06	2.500	760	526	548
PAE IPIXUMA MIRNDA	INCRA	20/10/10	2.849	100	92	100
PAE CARAPANATUBA	INCRA	25/10/13	3.707	200	-	129
PAE N.Sª. CONCEIÇÃO	INCRA	25/10/13	1.065	80	-	74
PAE TERRA GRANDE	IMAP	23/12/14	38.731	400	-	165
PAE ILHA DO FAUSTINO	IMAP	23/12/14	2.500	100	-	13
PA R. OSMAR RIBEIRO	INCRA	24/11/15	307	20	-	0
TOTAL (14)			302.742	5.269	3.274	3.882

Fonte: INCRA (DTI-SIPRA) – Elaboração: Cenários Consultoria & Análise

Nota: D. C. = data de criação; C.F. = capacidade de famílias; F. A. = famílias assentadas

PROGRAMAS DE ASSENTAMENTOS

NO AMAPÁ

Parte 2

Painel dos Assentamentos Rurais nos Municípios

Município	Jurisdição	D.C.	Área (ha)	C.F.	F.A.	
					2013	2016
MAZAGÃO						
PA PIQUAIAZAL	INCRA	01/04/87	26.000	650	218	249
PAE MARACÁ	INCRA	27/1088	569.208	2.500	1.449	1.996
RESEX do RIO CAJARI	ICMBIO	12/03/90	501.771	1.500	1.458	1.409
PA PANCADA DO CAMAPI	INCRA	16/09/98	24.055	400	398	398
PAE BARREIRO	INCRA	27/12/10	2.113	100	72	100
PAE FOZ DO M. VELHO	INCRA	16/07/12	13.835	300	191	297
TOTAL (06)			1.136.982	5.450	3.786	4.449

Fonte: INCRA (DTI-SIPRA), FILOCREÃO e SILVA (2016)

Nota: D. C. = data de criação; C.F. = capacidade de famílias; F. A. = famílias assentadas

Painel dos Assentamentos Rurais nos Municípios

Município	Jurisdição	D.C.	Área (ha)	C.F.	F.A.	
					2013	2016
PEDRA B. DO AMAPARI						
PA PERIMENTAL	INCRA	01/04/87	34.000	680	245	249
PA PEDRA BRANCA	INCRA	01/03/00	251.188	400	395	299
TOTAL (02)			285.188	1.080	640	1.188

Fonte: INCRA (DTI-SIPRA), FILOCREÃO e SILVA (2016)

Nota: D. C. = data de criação; C.F. = capacidade de famílias; F. A. = famílias assentadas

Painel dos Assentamentos Rurais nos Municípios

Município	Jurisdição	D.C.	Área (ha)	C.F.	F.A.	
					2013	2016
FERREIRA GOMES						
PA FERREIREINHA	INCRA	20/11/05	5.389	133	126	120
TOTAL (01)			5.389	133	126	120

Fonte: INCRA (DTI-SIPRA), FILOCREÃO e SILVA (2016)

Nota: D. C. = data de criação; C.F. = capacidade de famílias; F. A. = famílias assentadas

Painel dos Assentamentos Rurais nos Municípios

Município	Jurisdição	D.C.	Área (ha)	C.F.	F.A.	
					2013	2016
TARTARUGALZINHO						
PA BOM JESUS	INCRA	25/03/94	33.031	450	439	384
PA CEDRO	INCRA	04/09/96	47.970	600	600	582
PA SÃO B. DO APOREMA	INCRA	08/01/97	2.900	54	52	50
PA NOVA VIDA	INCRA	03/08/98	9.511	185	184	164
PA GOVERNADOR JANARY	INCRA	16/09/98	11.304	200	184	180
TOTAL (05)			104.716	1.489	1.459	1.360

Fonte: INCRA (DTI-SIPRA), FILOCREÃO e SILVA (2016)

Nota: D. C. = data de criação; C.F. = capacidade de famílias; F. A. = famílias assentadas

Os Assentamentos Rurais no Amapá: Produção e problemas



Em termos de produção, nos assentamentos a configuração básica é a pequena agricultura de caráter, eminentemente, familiar. Em geral, predomina o cultivo de pequenas roças de lavouras anuais, centradas especialmente na cultura da mandioca, utilizada na produção de farinha e, em algumas situações em consórcios com outros cultivos, como arroz e feijão. A mandioca constitui a principal fonte de alimentação e de renda dos pequenos agricultores e, geralmente, a cultura não apresenta problemas de doenças, embora esteja suscetível ao ataque das saúvas e ácaros.

Nos projetos PAEs tem predominado as atividades de extrativismo vegetal associado com a agricultura (FILOCREÃO e SILVA, (2016, apud SILVA, et. Al., 2012).

Ainda segundo FILOCREÃO e SILVA (2016), com relação aos maiores problemas enfrentados nos assentamentos do estado, eles têm origem desde o início da criação de muitos projetos. Para começar, muitos foram instalados sem planejamento e em áreas, em áreas de mata nativa distantes dos centros consumidores, e com restrição ecológica, sendo que grande parte dos assentados apresenta pouca ou nenhuma tradição em agricultura, ao que se soma a deficiência no serviço de assistência técnica e no apoio creditício.



FILOCREÃO (2016)

Em resumo, a criação de assentamentos rurais no Amapá, como política de reforma agrária deixou um legado para o estado de 54 projetos, atingindo os seus 16 municípios, e garantindo acesso à terra a milhares de famílias. Porém, a pesquisa bibliográfica que foi desenvolvida para elaboração deste conteúdo é latente em todo o acervo pesquisado que no Amapá não foi a falta de terras para distribuir, mas sim a necessidade reinante de políticas de sustentação do homem no campo, aqui em particular nos assentamentos.

BOLETIM DE
INDICADORES
ECONÔMICOS

PROGRAMAS DE ASSENTAMENTOS NO AMAPÁ

Acesse o site
www.sebrae.com.br

Use o leitor de QRcode de seu
smartphone neste QRcode



Sebrae no Amapá

CENÁRIOS: Consultoria & Análise
"Mais informação! mais conhecimento!"



Adrimauro Gemaque
+55 (96) 99134-8133
adrimauros@gmail.com



0800 570 0800



+55 800 570 0800



<https://www.sebrae.com.br>